

MERCOSUR/REMPM/ATA Nº 02/17

**XXII REUNIÃO ESPECIALIZADA DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO
MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS**

Realizou-se em Brasília, no dia 23 de agosto de 2017, a XXII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL e Estados Associados, com a presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, como Estados Partes e das Delegações do Chile e Peru como Estados Associados.

O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, no exercício da Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB), procedeu à abertura da reunião, dando as boas-vindas às delegações e agradecendo a presença dos Procuradores-Gerais pela sua participação.

O Procurador-Geral da República do Brasil, Rodrigo Janot, discursou que a história da nossa América Latina foi marcada pela usurpação de direitos naturais e sobretudo pelos sonhos de liberdade. O PGR abordou a sensível questão da Venezuela e a rápida atuação deste Bloco em apoio à Dra. Luisa Ortega, legítima Procuradora-Geral daquele país.

Com a destituição consumada, o grupo de chefes dos MPs do Mercosul se uniu em tom de repúdio e de irrisignação, certos de que o ato ilegal afetava de forma direta todos os habitantes daquele país, pois passaram a contar com uma instituição subjugada ao poder político ditatorial.

O PGR asseverou que expressão do rechaço do MP Brasileiro, que está em total sintonia com a diplomacia brasileira, foi acompanhada e fortalecida por declarações e apoios de vários organismos internacionais como a Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos - a AIAMP, a Comissão Inter-americana de Direitos Humanos e a Associação Internacional de Procuradores, a IAP, entidade na qual tem a honra de integrar o comitê executivo.

Para a XXII REMPM, foram escolhidos dois temas prioritários: a elaboração e possível aprovação pelos Procuradores-Gerais da recomendação, elaborada pelo Subgrupo de Trabalho em Cooperação Jurídica nas Fronteiras; e as discussões da Nota Técnica e plano estratégico para a elaboração de Equipes Conjuntas de Investigação no Mercosul.

Dr. Janot também abordou o tema das Equipes Conjuntas de Investigação, asseverando que, no cenário atual, é preciso analisar as condições e os entraves impostos para sua formação.

O PGR do Brasil ponderou que é necessário encontrar juntos os meios adequados para superar as barreiras dessas temáticas, para avançar em

nossas investigações. O presidente da mesa agradeceu a presença de todos, sendo esta sua última REMPM, como Procurador-Geral.

Ato contínuo, a Procuradora-Geral da República Argentina, Alejandra Gils Carbó, agradeceu a convocatória e manifestou sua solidariedade em favor da Região e da Procuradora-Geral da Venezuela Luisa Ortega. Manifestou-se sobre a situação vivida por muitos Procuradores perseguidos em cumprimento a seu trabalho e, no caso da Procuradora-Geral da Venezuela, chegando a agressão física e verbal.

Dra. Gils Carbó considerou que são muitos os casos em que se evidenciam a ingerência do Poder Executivo nas ações próprias dos Ministérios Públicos.

Afirmou que os mecanismos formais da cooperação internacional constituem uma barreira para a persecução da delinquência transnacional. O caminho seria, então, continuar avançando com mecanismos que permitam oferecer um enfoque regional à persecução do crime organizado, permanecendo fieis ao compromisso que a constituição oportuniza para defender interesses gerais.

O Procurador-Geral da República do Paraguai, Francisco Javier Diaz Verón, manifestou sua gratidão ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot e a toda a equipe do Ministério Público Federal do Brasil, agradeceu a acolhida e manifestou a importância da XXII REMPM com a presença da PGR da Venezuela Luisa Ortega como símbolo de persecução e fortalecimento do Ministério Público. Expressou sua solidariedade e reconhecimento com a Procuradora-Geral desse país.

Dr. Diaz Verón destacou a importância do papel que cumprem os Ministérios Públicos, representando a sociedade, tanto em relação aos direitos das vítimas como das pessoas submetidas a processos penais.

Manifestou que o cumprimento do trabalho incansável das procuradorias encontram-se barreiras que devem ser superadas, e que os MPs devem permanecer perto dos cidadãos.

O PGR do Paraguai manifestou que a situação que vive a PGR Luisa Ortega é um golpe à democracia e ao Estado de Direito e que ninguém está acima da lei, inclusive os governantes.

Em relação ao crime organizado, destacou a importância de combater a estrutura econômica dessas organizações, caso contrário, o poder delas tentará continuar interferindo nas pessoas para alcançar seu próprio benefício.

Nesse sentido, ressaltou a importância da criação de equipes conjuntas de investigação da Polícia e dos Ministérios Públicos, destacando o trabalho em zonas de fronteira.

Por sua vez, o Procurador-Geral da República Oriental do Uruguai, Jorge Diaz Almeida, manifestou que hoje é um dia muito especial por dois motivos: a última reunião do PGR do Brasil, reconhecido trabalhador incansável contra o crime organizado na América Latina e combate à corrupção; e a presença da

PGR da Venezuela com quem vem trabalhando há muito tempo no cumprimento de suas respectivas funções.

Manifestou que os Ministérios Públicos existem para investigar os crimes e delitos, devendo desenvolver essa função com autonomia e liberdade dentro dos parâmetros da constituição e da lei, como corresponde a um Estado de Direito, sem aceitar pressões ou entraves que impedem a persecução da delinquência.

Destacou que neste momento em que a informação é instantânea, é de muita importância a existência de instrumentos normativos internacionais que permitam o trabalho conjunto entre os países para que cumpram o papel dado pela constituição.

Ressaltou a defesa da autonomia das funções do Ministério Público, a importância da cooperação internacional e solicitou a aprovação dos acordos internacionais a esse respeito.

O Fiscal Nacional do Ministério Público da República do Chile Jorge Abbott Charme, destacou também a importância fundamental da autonomia e independência dos Ministérios Públicos para a materialização das normas de um Estado de Direito.

Manifestou que a PGR da Venezuela é um exemplo de conduta para os Procuradores Gerais, para a defesa da democracia e preservação das instituições, na luta pela manutenção de um Estado de Direito com um Ministério Público, autônomo e com poderes para exercer seu trabalho.

Ressaltou o compromisso com o povo e o sistema de direito e a responsabilidade dos Procuradores Gerais na materialização da defesa do respeito a constituição e da lei, requerendo a atuação coordenada dos Ministérios Públicos materializada em equipes conjuntas de investigação.

O Procurador Geral da República do Peru, Pablo Sanchez Velarde, afirmou que hoje é um dia histórico porque os Ministérios Públicos se unem e se fortalecem.

Os Mps se sentem mais fortes que antes e se unem para combater delitos que envolvem até mesmo altas autoridades de Estado.

Salientou que houve um grande crescimento da atuação dos Ministérios Públicos da Região na defesa da constituição, e do direito das pessoas. Não se pode permitir que se distorça a democracia com interesses ocultos.

O PGR peruano asseverou a necessidade dos Ministérios Públicos estarem unidos para combater os graves delitos que às vezes comprometem pessoas que integram o Estado.

Disse que nosso compromisso é seguir trabalhando com autonomia e liberdade a fim de combater ações de pessoas que tiveram envolvimento com ilícitos no crime organizado. Por fim, Dr. Sánchez Velarde enalteceu as investigações



conjuntas e o fortalecimento dos Ministérios Públicos.

A Procuradora-Geral da Venezuela ilegalmente destituída Luisa Ortega agradeceu a todas as delegações pela oportunidade de compartilhar com os colegas na REMPM, um momento tão importante para os Ministérios Públicos.

Manifestou também que ouvir tais palavras dão animo e maior compromisso na luta pela democracia, independência e justiça para Venezuela.

Manifestou que em seu país ocorreu a morte do direito. A instabilidade da região traz perigo em relação a luta contra a corrupção.

Mencionou a dissolução da Assembleia Geral que trouxe vulnerabilidade para a soberania popular, citou também o caso Odebrecht e a formação da Constituinte como expediente para perseguir, condenar e destruir qualquer cidadão que se constitua em adversário político.

Denunciou os casos de corrupção do governo venezuelano e os procedimentos ilegais. Ainda citou o desaparecimento de provas e a falta de investigação de temas como narcotráfico e terrorismo. Reiterou que a corrupção traz crise, insegurança, escassez de medicamentos e mantimentos, e aumentos de homicídios.

A Procuradora ressaltou que seguirá lutando e recorrendo ao mundo para denunciar a violação dos direitos humanos e o desaparecimento de pessoas.

Pede aos países que exijam do governo da Venezuela o respeito às leis, pois o povo segue sofrendo com a falta de alimentos básicos e medicamentos.

Também pediu que se aparelhassem contra o crime organizado já que a Venezuela é zona de trânsito do narcotráfico.

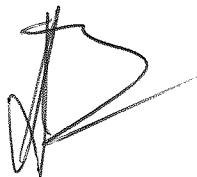
Clamou também pelo pronunciamento sobre a situação do Estado Venezuelano e incitou o povo a não perder a esperança, pois irão sair vitoriosos.

Por fim, agradeceu aos procuradores por permitir sua presença na reunião e disse que faz uso deste momento em prol do avanço da democracia, tolerância e paz na região.

A Lista de Participantes consta do **Anexo I**.

A Agenda consta do **Anexo II**.

O Resumo da Ata consta do **Anexo III**.



Foram tratados os seguintes temas:

1. RESULTADOS DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA XXII REUNIÃO ESPECIALIZADA DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO MERCOSUL

A PPTB apresentou os resultados da Reunião Preparatória da XXII REMPM e os avanços e atividades desenvolvidas. Nesse sentido, a REMPM deu por aprovada a mencionada Ata que consta do **Anexo V**.

2. SECRETARIA GERAL PERMANENTE DA REMPM

O Procurador-Geral da República do Paraguai destacou os principais avanços das atividades desenvolvidas no âmbito da REMPM.

Destacou os avanços da página www.rempm.org, novo site independente e autônomo criado no primeiro semestre do ano 2017, apresentou a criação da conta oficial na rede social Twitter (@REMPM_Oficial), e a incorporação de um espaço para videoconferências (<https://meet.jit.si/rempm>) por meio de uma plataforma livre. Também a incorporação de uma biblioteca virtual cuja base de dados estará formada por monografias, ensaios, revistas jurídicas, textos de tratados internacionais e outros documentos de apoio, úteis a todos Ministérios Públicos.

Por último, em relação aos projetos apresentados para a identidade visual da REMPM confeccionados pelas delegações em observância do guia de identidade visual do MERCOSUR, regulamentada pela Dec. CMC N° 17/02 e a Res. GMC N° 16/16, os Fiscais e Procuradores(as) Gerais aprovaram por unanimidade a proposta da logo realizada pela Delegação do Uruguai (**Anexo VI**).

3. ACORDO QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS PARA A CRIAÇÃO DE EQUIPES CONJUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

O Ministério Público do Chile apresentou a proposta de Nota Técnica Conjunta intitulada "*Nota Técnica sobre Equipos Conjuntos de Investigación para la ratificación del Acuerdo Marco de Cooperación entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados para la Creación de Equipos Conjuntos de Investigación*", elaborada na Reunião Preparatória a qual foi aprovada por todos os Procuradores-Gerais (**Anexo VII**).



As delegações aprovaram, igualmente, o Plano de Trabalho Estratégico da REMPM sobre constituição de equipes conjuntas de investigação.

Ademais, os Procuradores-Gerais discutiram a proposta de Declaração sobre o tema a qual foi aclamada por todos. **(Anexo VIII)**.

4. SUBGRUPO DE TRABALHO EM COOPERAÇÃO JURÍDICA NAS FRONTEIRAS

O Coordenador do Subgrupo de Trabalho em Cooperação Jurídica nas Fronteiras mencionou a sua criação em novembro de 2015 na Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL, a partir da Moção de Ponta Porã, assinada durante o Curso de Cooperação Internacional promovido pela Secretaria de Cooperação Internacional da PGR/Brasil, naquela cidade. A Moção de Ponta Porã foi assinada em prol da criação de um marco normativo para a cooperação jurídica e policial na fronteira por mais de 30 autoridades do MPF do Brasil, do MP do Mato Grosso do Sul/Brasil, do MP Paraguai, da Justiça Federal do Brasil, da Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul/Brasil, do Poder Judiciário do Paraguai e da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul/Brasil.

Em seguida, apresentou a proposta de recomendação a ser submetida ao GMC contendo recomendações normativas sobre a temática em análise, a qual foi aprovada por unanimidade pela REMPM.

O Projeto de Recomendação N° 01/17 "Aperfeiçoamento normativo da Cooperação Jurídica Internacional e Policial em Regiões de Fronteira", foi levado ao GMC para sua consideração **(Anexo IV)**.

A REMPM solicitou a Secretaria do MERCOSUL a tradução do Projeto de Recomendação ao idioma espanhol.

Finalmente, os Procuradores-Gerais dos Estados Partes e Estados Associados reconheceram e agradeceram ao Procurador-Geral da República Federativa do Brasil, Rodrigo Janot, pela sua atuação à frente da instituição nos últimos anos e as significativas mudanças efetuadas na cooperação jurídica, em especial, na luta contra a corrupção no Brasil e na região.

O Procurador-Geral Janot agradeceu as mostras de reconhecimento dos Estados Partes e Estados Associados.

PRÓXIMA REUNIÃO

A próxima Reunião da REMPM será convocada oportunamente pela PPT.



ANEXOS

Os Anexos que fazem parte desta Ata são os seguintes:


Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Resumo da Ata
Anexo IV	Projeto de Recomendação N° 01/17 levado ao GMC
Anexo V	Ata N° 01/17 Reunião Preparatória da XXII REMPM
Anexo VI	Proposta da logo realizada pela Delegação do Uruguai
Anexo VII	Nota Técnica Conjunta sobre Equipos Conjuntos de Investigación
Anexo VIII	Declaração da REMPM



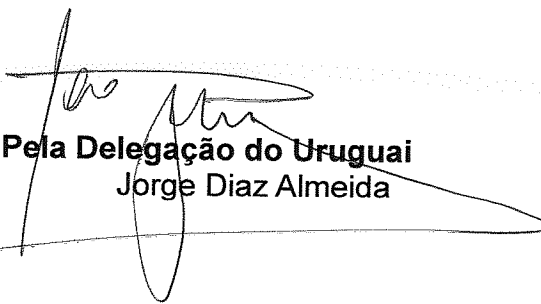
Pela Delegação da Argentina
Alejandra Gils Carbó



Pela Delegação do Brasil
Rodrigo Janot Monteiro de Barros



Pela Delegação do Paraguai
Javier Diaz Verón



Pela Delegação do Uruguai
Jorge Diaz Almeida